

**PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: concepções,
perspectivas e desafios****NATIONAL SCHOOL MEALS PROGRAM:
conceptions, perspectives and challenges**Gizelle Rodrigues dos Santos¹
Márcio Adriano de Azevedo²**RESUMO**

Neste artigo, objetivamos analisar em que bases sociais, políticas e econômicas a alimentação escolar brasileira foi concebida, a que interesses está atendendo e que possibilidades podem ser apontadas para que a alimentação se constitua em um instrumento real de formação humana. A metodologia delinea-se em uma abordagem qualitativa, com a análise documental e a revisão bibliográfica. Podemos constatar que os aspectos sociais, políticos e econômicos da alimentação escolar têm sido orientados, desde de sua origem, pelo cenário hegemônico do capital. Assim, sem a adoção da alimentação como aspecto formativo humano, há a perspectiva de se reproduzir no currículo pedagógico concepções acríticas do papel do alimento.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Nacional de Alimentação Escolar; Educação profissional; Concepções; Desafios; Perspectivas

ABSTRACT

In this article, we aim to analyze in which social, political and economical bases the brazilian school meals was conceived, which interests are attending and which possibilities can be pointed for the meal to become a real instrument of human development. The methodology constitutes a qualitative approach with the documental analysis and literature review. We observe that the social, political and economical aspects of school meals have been guided, since its origin, by the hegemonic scenario of the capital. Therefore, without the adoption of meal as a human formative aspect, there's a perspective of reproducing in the pedagogical curriculum uncritical conceptions about the role of food.

KEYWORDS: National School Meals Programa; Professional education; Conceptions; Challenges; Perspectives

DOI: 10.21920/recei7201626129140<http://dx.doi.org/10.21920/recei7201626129140>

¹ Mestranda em Educação Profissional pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Graduada em Nutrição e Exercício Físico (2006) pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).. E-mail: gizelle.santos@ifrn.edu.br

² Pós-Doutor em Sociologia da Educação pela Universidade do Minho/Portugal. Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN. Mestrado em Educação pela UFRN. Especialista em Processos Educacionais pela UFRN e graduado em Pedagogia pela UFRN. É professor no Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional pelo IFRN. E-mail: marcio.azevedo@ifrn.edu.br

INTRODUÇÃO

A temática da alimentação escolar nos conduz a perceber que trabalhar pela defesa de uma escola pública, gratuita e de qualidade, requer, entre outros requisitos, entender a gênese dos aspectos que interferem nas políticas governamentais de educação, entre as quais encontra-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Brasil, *locus* desse estudo.

A alimentação escolar brasileira foi instituída por meio do Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955, que criou a Campanha de Merenda Escolar (CME) (BRASIL, 1955). Esta política social pública, juntamente com outros programas assistencialistas, cumpriu um papel de atenuação dos conflitos sociais gerados pelo processo de exploração do trabalho que, em última instância, determinaria a produção e a reprodução da fome e dos sujeitos que necessitariam ou não dessa alimentação na escola (VASCONCELOS, 2005).

Dessa forma, neste trabalho, que resulta de pesquisa em andamento no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), objetivamos analisar em que bases sociais, políticas e econômicas a alimentação escolar foi concebida, a que interesses está atendendo e que possibilidades podem ser apontadas para que a alimentação se constitua em um instrumento real de formação humana, notadamente para os estudantes que necessitam dela fazer uso.

Este artigo está estruturado em três tópicos além desta introdução, quais sejam: o de fundamentos teórico-metodológicos, o dos anos 1930 à descentralização da alimentação escolar e o dos desafios do programa: algumas notas conclusivas. Consta também ao final as referências as quais recorreremos para constituí-lo.

FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Para a elaboração deste trabalho, a metodologia adotada foi alicerçada na abordagem qualitativa, justificada por se tratar de análise documental e revisão bibliográfica de uma temática cujo teor requer posicionamento histórico-crítico, dadas as contradições existentes na formulação da política as quais tem influenciado sua execução ao longo dos anos.

Nessa direção, verificamos que para Minayo (2014) a abordagem qualitativa se aplica ao estudo das relações, das representações, das percepções e das opiniões produtos das interpretações que os homens fazem a respeito de como vivem, constroem a si mesmos, sentem e pensam, além de permitir desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, propiciando a construção de novas abordagens e tendo como característica a sistematização progressiva do conhecimento até a compreensão da lógica do processo em estudo.

Sendo assim, como nos propomos a analisar as concepções sociais, políticas e econômicas do Programa, é necessário que sejam considerados na análise os aspectos históricos embrenhados nos 60 anos de execução desse como política pública.

Como afirmam Marconi e Lakatos (2003), o primeiro passo de qualquer pesquisa científica, para que se recolham informações prévias sobre o campo de interesse, é o levantamento de dados, sendo feito de duas maneiras. A pesquisa documental foi realizada com base na legislação que instituiu a campanha que deu origem ao PNAE, Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955, e nas normativas legais do programa que estão vigentes na atualidade, Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida tendo como referência os estudos de Badue (2007), Bittencourt (2007), Melo (2006), Spinelli e Canesqui (2002), Triches (2010), Vandresen (2005) e Viana

(2007), que abordam o PNAE sob diferentes enfoques; Belik, Silva e Takagi (2001), Rodrigues (2004) e Vasconcelos (2005), que tratam da problemática da fome no Brasil; Azevedo (2012) e Friedmann (2000), que retratam questões relacionadas ao campo; Manacorda (2011) e Moura, Lima Filho e Silva (2015), cujo enfoque está na formação humana; e Clarke (1991), Gramsci (1999), Harvey (1993), Marx (1996) e Moraes (2010), que embasam o entendimento do contexto histórico no qual a política de alimentação escolar brasileira foi inserida.

DOS ANOS 1930 À DESCENTRALIZAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Nos anos de 1930, as precárias condições de vida da classe trabalhadora foram amplamente denunciadas. Em 1932, Josué de Castro³, ao realizar um estudo sobre as condições de vida de famílias operárias no Recife, observou que o consumo alimentar, à base de açúcar, café, charque, farinha, feijão e pão, fornecia apenas cerca de 1.645 calorias, custava cerca de 71,6% do valor do salário, era pobre em vitaminas e minerais e gerava alta mortalidade e baixa esperança de vida. O perfil epidemiológico nutricional caracterizava-se pela elevada ocorrência de doenças nutricionais relacionadas à miséria, à pobreza e ao atraso econômico, representadas pela desnutrição energético-proteica e pelas carências nutricionais específicas como as deficiências de vitamina A, de ferro e de iodo (VASCONCELOS, 2005).

Muito provavelmente, esta realidade, que já era presente há muito tempo nos países pobres, encontrou no cenário internacional o momento propício de adquirir visibilidade. Nesta mesma década, o Estado de bem-estar social, Estado-providência ou *Welfare State* ganhava força nos países de capitalismo avançado, tendo como característica um tipo de organização política e econômica que colocava o Estado como agente da promoção social e organizador da economia, para a garantia do bom funcionamento do mercado e a defesa dos direitos nas áreas da saúde, educação e alimentação. Esse contexto se deu dentro da lógica do capital, mas garantindo alguns direitos ao cidadão (HARVEY, 1993). Um marco deste período foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento elaborado por representantes da Organização das Nações Unidas (ONU), que incluiu os direitos ao trabalho, à alimentação e à educação (NACIONES UNIDAS, 1948).

Foi neste cenário que os primeiros instrumentos específicos de política social de alimentação e nutrição foram instituídos ao longo da Ditadura Vargas (1937-1945) (VASCONCELOS, 2005) inaugurando um período de intervenções públicas federais no abastecimento com a regulação dos preços e o controle da oferta, pois a fome passou a ser encarada como um problema de intermediação (BELIK; SILVA; TAKAGI, 2001).

Também por volta de 1930 teve início no Brasil a preocupação governamental com a alimentação escolar, por influência de um grupo de nutrólogos sociais, dentre eles, Josué de Castro (RODRIGUES, 2004).

Depois de duas grandes guerras mundiais e da Grande Depressão em 1930, um segundo regime de acumulação e regulação social, segundo a teoria regulacionista proposta por

³Josué de Castro (Recife, 1908 - Paris, 1973) foi escritor, médico, professor, parlamentar, embaixador e presidente da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO). Personalidade de amplitude internacional, obteve duas vezes indicações para o Nobel da Paz. A publicação em 1946 da primeira edição da *Geografia da fome*, seu mais conhecido livro, já traduzido em 25 idiomas, assinala o início das denúncias que pretendeu levar, ao Brasil e ao mundo, acerca desse grave flagelo que ainda hoje assola a humanidade: a fome (ANDRADE et al., 2003).

Friedmann e McMichael (1989)⁴, foi criado, no final da década de 1940. Esse regime alimentar correspondeu ao período fordista, que se baseava “[...] na produção em massa de produtos homogêneos, utilizando a tecnologia rígida da linha de montagem, com máquinas especializadas e rotinas de trabalho padronizadas (tayloristas)” (CLARKE, 1991, p.119), centrado na hegemonia americana no Pós-Segunda Grande Guerra (1947 - 1973) (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989). Nesse período, desenvolveram-se as tecnologias patrocinadas pelo Estado, para garantir o crescimento exponencial da produção de alimentos baratos no período pós-guerra, para alimentar a força de trabalho industrial que se concentrava na zona urbana (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989).

Os Estados Unidos da América (EUA), segundo Friedmann (2000), escoavam seus excedentes de produção por intermédio de assistência alimentícia a outros países (dentre os quais o Brasil, que os distribuiu por meio de Programas como o de Alimentação Escolar). Esses países aceitavam a assistência mesmo às custas dos setores agrícolas nativos, visando acelerar a disponibilidade de trabalhadores assalariados urbanos para o emprego industrial.

A CME esteve intimamente articulada às organizações internacionais de ajuda alimentar criadas depois da Segunda Guerra Mundial, tais como a *Food and Agriculture Organization* (FAO), o *United Nations Children’s Found* (UNICEF), a *United States Agency for International Development* (USAID, dos EUA) e o Programa Mundial de Alimentos (TRICHES, 2010).

Em relação à emergência de programas de assistência alimentar como a CME, existem vários indícios que apontam que eles se constituíram em mecanismos de ampliação do mercado internacional de realização de mercadorias, pela busca em se padronizar hábitos e práticas alimentares de acordo com os interesses de acumulação do capital⁵. A exemplo disso, podemos citar a introdução de leite em pó desengordurado, por meio dos programas internacionais de ajuda alimentar. As ajudas não aconteciam em forma monetária porque essa poderia estimular a produção e o consumo locais de alimentos básicos, mas na forma de valor de uso⁶, por meio do escoamento do excedente de produção que não havia conseguido realizar-se em mercadoria ou transformar-se em capital (TRICHES, 2010). Podemos observar os princípios do regime de acumulação fordista, a partir da padronização/homogeneização de produtos e hábitos; e da globalização, pela busca por novos mercados consumidores estrangeiros.

O PNAE, que passou a ter esta denominação a partir de 1979, manteve centralizado o processo de aquisição de gêneros alimentícios até 1994. Devido a interesses da indústria alimentícia, priorizou-se a distribuição de alimentos formulados e industrializados que eram comprados de um conjunto selecionado de algumas empresas, por meio de licitação pública, e

⁴A teoria regulacionista proposta por Friedmann e McMichael (1989) especifica a história política do capitalismo entendida a partir da perspectiva da alimentação, ressaltando as relações sistêmicas entre as dietas alimentares e os fenômenos econômicos, sociais e políticos no nível global, que resultaram na formação dos Estados Nacionais no século XIX e na expansão mundial das relações capitalistas, com a consequente construção de um sistema agroalimentar mundial. Para melhor definir essa dinâmica, o estudo dos regimes alimentares, delineado por periodizações amplas, identifica três períodos que correspondem a diferentes regimes de acumulação e regulação social. O chamado primeiro regime alimentar foi constituído no período final da hegemonia britânica (1870 - 1914). O segundo regime foi criado no final da década de 1940 e correspondeu ao período fordista centrado na hegemonia americana no Pós-Segunda Grande Guerra (1947 - 1973). Finalmente, o terceiro regime alimentar, correspondente à atualidade, caracteriza-se como aquele em que a globalização financeira estendeu-se ao âmbito da produção, tornando os capitais do sistema agroalimentar mais livres das regulações dos Estados nacionais para incluir ou excluir localidades, matérias-primas e mão de obra, de acordo com sua conveniência.

⁵Adotamos a concepção de Marx a respeito do que seja capital, conforme segue: “[...] capital é dinheiro, capital é mercadoria” [...] “Sem assumir a forma de mercadoria, o dinheiro não se torna capital” (MARX, 1996, p.274).

⁶Segundo Marx (1996), a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Tais valores constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta.

distribuídos para todo o território nacional. A centralização absorveu o maior volume dos recursos financeiros do programa afetando a sua operacionalização e a eficácia dos resultados, em virtude de um conjunto de distorções como: sistemas complexos de fornecimento e armazenamento dos produtos, cartelização dos fornecedores, elevação dos custos da merenda, entre outros (SPINELLI; CANESQUI, 2002). Além disso, os alimentos servidos não condiziam com os hábitos dos alunos, o que acarretava baixa aceitabilidade, pois os cardápios eram padronizados e, muitas vezes, chegavam aos locais de destino já vencidos e impróprios para o consumo, aumentando ainda mais o desperdício de recursos (TRICHES, 2010).

Diante da compreensão de que este programa articula-se com o emergente direito alimentar e com princípios que regem a educação brasileira, especialmente a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e a oferta de padrões de qualidade na educação de acordo com Bittencourt (2007), consideramos necessário compreender as concepções que regem sua formulação e condução enquanto política educacional. Além disso, de acordo com Sigman et al. (2014), a nutrição é um dos aspectos fisiológicos da aprendizagem humana. Estes autores até postulam que, independentemente dos métodos pedagógicos empregados, uma nutrição inadequada irá dificultar a aprendizagem.

Segundo Triches (2010), a valorização da própria comunidade, priorizando a cultura alimentar inerente e transformando o que era industrializado e produzido em massa para o caráter de uma comida com gosto caseiro, passou a ser melhor aprovado pela comunidade escolar. Esse autor também afirma que a condução das políticas públicas alimentares e nutricionais confundiu-se com o histórico e as diferentes ideologias que nortearam o Estado brasileiro. Ora, se as políticas educacionais também trilharam este mesmo percurso, podemos afirmar que Estado, educação e alimentação escolar andaram lado a lado com as diferentes concepções políticas, sociais e econômicas que o Brasil seguiu historicamente.

Perspectivas contra-hegemônicas⁷

A efetiva inserção de alimentos da agricultura familiar, em especial os orgânicos, e a utilização do conteúdo sobre alimentação como componente da formação humana integral escolar deveriam ocorrerem de forma integrada, pois, como discorreremos mais à frente, as experiências mostram uma indissociabilidade entre ambas.

Existe previsão legal para estas ações, mas, para muitas instituições que possuem alunos da educação básica, ainda não se tornaram realidade.

A sanção da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica, trouxe novos avanços para o PNAE, como a garantia de que, no mínimo, 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar (BRASIL, 2009). Essa ação retira da grande indústria um montante considerável de lucro por repassar um percentual da aquisição dos produtos da alimentação escolar para pequenos agricultores distribuídos por todo país.

⁷Abordaremos as ações contra-hegemônicas conforme Gramsci (1999, p.314-315) que as situa como “instrumentos para criar uma nova forma ético-política”. Moraes explica que o alicerce da contra-hegemonia “[...] é o de denunciar e tentar reverter as condições de marginalização e exclusão impostas a amplos estratos sociais pelo modo de produção capitalista. A contra-hegemonia institui o contraditório e a tensão no que até então parecia uníssono e estável. Gramsci nos faz ver que a hegemonia não é uma construção monolítica, e sim o resultado das medições de forças entre blocos de classes em dado contexto histórico. Pode ser reelaborada, revertida e modificada, em um longo processo de lutas, contestações e vitórias cumulativas” (MORAES, 2010, p.73).

Em sua tese, Triches (2010) sugeriu estudos mais aprofundados entre política pública e capital social na construção dos mercados do Programa, principalmente nos grandes centros urbanos, pois se observa que, em muitos locais, mesmo com a atual obrigatoriedade legal acima citada, a efetividade desse abastecimento é de extrema dificuldade, devido à desconsideração dos modos de vida dos agricultores e à norma sanitária dominante, que é incongruente com a agroindústria familiar.

Em 17 de junho de 2013, foi publicada a Resolução FNDE nº 26, que fortalece um dos eixos do Programa, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Para fins do PNAE, a EAN consiste no [...]

conjunto de ações formativas, de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que objetiva estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo (BRASIL, 2013).

A Seção dessa Resolução contém incisos que visam promover a EAN inserida no currículo escolar, com ações que:

- IV - dinamizem o currículo das escolas, tendo por eixo temático a alimentação e nutrição;
- V - promovam metodologias inovadoras para o trabalho pedagógico;
- IX - utilizem o alimento como ferramenta pedagógica nas atividades de EAN (BRASIL, 2013).

Quanto à formação, Moura et al. (2015, p.1059) apontam que ela “[...] é produto das relações sociais e de produção, e a escola, espaço institucionalizado onde também existe parte dela, é fruto de tais relações”. Dessa forma, os autores salientam que a formação humana não é originária nem finda no sistema educacional formal, pois é “[...] a necessidade vital de produzir a própria existência por meio do trabalho o determinante para que os seres humanos dominem os conhecimentos e as práticas sociais necessários a essa produção [...]” (MOURA et al., 2015, p.1059), ou seja, não é obrigatória uma formação que ocorra necessariamente em ambientes destinados a esse fim.

Uma experiência no âmbito alimentar para além dos muros da escola é a dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO), em parceria com a comissão de educação do Fórum do Maciço Central do Morro da Cruz, que constituiu o Projeto Saber e Sabor, que procura trabalhar as dimensões educacional, ambiental, econômica, social e cultural da merenda. Também por meio dessa parceria foram definidos cardápios diferenciados e o custo-refeição-aluno. O desafio de levar alimentos orgânicos a camadas da população que, nas condições atuais, a eles não tem acesso não está relacionado apenas a aspectos técnico-econômicos (quantidade e diversidade; custo e preço), mas também a aspectos sociais e políticos (VANDRESEN, 2005).

Experiências como essa convergem para o que Marx sugeriu como uma educação intelectual, física e tecnológica, claramente apontando para a formação integral do ser humano, ou seja, a formação onilateral (MOURA et al., 2015). Em outras palavras,

[...] uma educação que incorpore instrução tecnológica, teórica e prática, finalmente total, do homem realmente completo, não mais, platonicamente

voltada só para completar a formação cultural, mas, para todas as formas da atividade humana, visando o homem onilateral” (MANACORDA, 2011, p.11).

O estímulo ao pensamento crítico acerca do papel do alimento e de suas implicações ambientais é necessário para que reflitamos acerca da retórica do ecologismo e da sustentabilidade que é propositalmente ambígua e está localizada em um espaço que é muito mais de conformação e de adaptação aos interesses do capital do que de uma ruptura em relação a essa forma hegemônica de produzir a existência humana. Nessa direção, Santos et al. (2011, p.26), afirmam:

A sustentabilidade, portanto, adjetiva uma categoria há muito tempo defendida pelo capitalismo, qual seja: o desenvolvimento. Arrighi (1997), ao estudar a perspectiva desenvolvimentista do capitalismo, conclui que entre os anos de 1848 a 1988 praticamente não houve alterações no conjunto das nações que dominam a economia mundial a exceção do Japão que era território de interesse Norte-Americano na Ásia. A categoria desenvolvimento vem recebendo vários adjetivos (desenvolvimento econômico, social, humano, sustentável, solidário), mas que no fundo implicam expressões diferentes para um mesmo fundamento: o desenvolvimento do capital em uma fase de destruição das forças produtivas.

Para Santos et al. (2011), o conceito mais aceito de sustentabilidade, segundo a lógica do capital, é o que consta do relatório Brundtland, que ao se referir ao desenvolvimento sustentável afirma ser “[...] aquele que atende às necessidades do presente de forma igualitária, porém sem comprometer a possibilidade de sobrevivência e prosperidade das gerações futuras” (SANTOS et al., 2011, p.27). Concluem o raciocínio afirmando que “[...] Este conceito nasceu no cerne das instituições do imperialismo, por iniciativa daqueles que desenvolvem uma política destruidora contra os povos e suas conquistas.” (SANTOS et al., 2011, p.27).

No Brasil, assim como em outros países da América Latina e do Caribe, a ideia de desenvolvimento sustentável é atravessada por discursos e práticas contraditórias. A título de exemplo, podemos observar a realidade no meio rural brasileiro. Em que pese a discussão sobre desenvolvimento sustentável, a partir dos anos de 1990, algumas problemáticas se agravam, sobretudo no estágio de desenvolvimento produtivo e excludente que foi intensificado no campo, como o crescimento do trabalho assalariado; a precarização do emprego no setor; a sobrecarga da força de trabalho; a expulsão de pequenos e médios produtores de suas terras, pela inviabilidade produtiva; contínuas migrações, sobretudo dos trabalhadores; crescente orientação da produção pela lógica do mercado global e informacional; o elo dos produtores rurais a complexos agroindustriais em que predominam as decisões dos núcleos de poder vinculados às grandes empresas transnacionais ou transnacionalizadas e a subordinação dos países periféricos a esses sistemas de poder.

Análises no contexto latino-americano (AZEVEDO, 2012) e estudos sobre a particularidade norte-rio-grandense (AZEVEDO et al., 2011) mostram que a falta de acesso à modernização e as precárias condições da educação são fatores que contribuem para a marginalização e a pobreza dos pequenos e médios produtores, bem como daqueles que dependem do trabalho assalariado. Assim sendo, se por um lado os avanços da ciência e da tecnologia promovem o desenvolvimento sustentável para o agronegócio, por outro, reforça o caráter excludente para significativa parte dos trabalhadores, ficando à deriva dos benefícios políticos e socioeconômicos.

Em outra perspectiva, ao pesquisar a merenda escolar orgânica em sua dissertação, Vandresen (2005) relatou que a introdução de alimentos de origem orgânica na merenda escolar dos sistemas públicos se configurou como uma das mais promissoras iniciativas no sentido de incentivar a produção familiar orgânica e revitalizar a atividade econômica no meio rural, a partir de demandas de consumo do meio urbano. Afirma que a merenda escolar orgânica pode proporcionar possibilidades pedagógicas especiais, considerando que aspectos ambientais, direito e cidadania podem ser trabalhados a partir da perspectiva da produção familiar orgânica, além de contribuir por meio do respeito aos hábitos alimentares dos alunos e no resgate de alguns hábitos que estão sendo perdidos. Informa que nos estados do sul do Brasil já acontecem experiências que mostram que ao introduzir alimentos orgânicos na merenda escolar se pode fortalecer a economia local, aumentar a arrecadação, ter uma maior quantidade de dinheiro circulando na comunidade, criar novos empregos e viabilizar a produção familiar (MOURA; AZEVEDO, 2014).

Isso reforça o que Melo (2006) enfatiza: não só é importante refletir sobre o valor nutritivo da merenda, mas é fundamental propor projetos ambientais dentro da escola como, por exemplo, a criação de hortas escolares com a participação dos estudantes. Badue (2007) ressalta que essas hortas têm sido usadas, prioritariamente, como um espaço pedagógico para a valorização desses alimentos, o cuidado com o meio ambiente, a integração dos alunos, e como suporte e fonte constante de pesquisa às diversas disciplinas.

Como uma interessante iniciativa de extensão, Triches (2010) relatou a adoção de um projeto chamado de Horta Escolar Familiar, no qual foram cultivadas hortas nas casas de pais e alunos do meio rural, sendo constatado que os alunos não sabiam fazer uma horta e que os pais também não a cultivavam, mesmo sendo agricultores. Também foi observado que, mesmo entre a população rural, não há mais uma rigidez de regras que determinam hábitos e culturas alimentares, mas essas são muito influenciadas por uma cultura massificada. Dentro dessa perspectiva de possibilidades contra-hegemônicas, Viana (2007) afirma ser preciso estimular a estruturação de hortas escolares, pois as escolas constituem espaços sociais, nos quais muitas pessoas convivem, o que permite grande repercussão de programas de educação e saúde, beneficiando tanto aos alunos quanto a sociedade como um todo.

DESAFIOS DO PROGRAMA: ALGUMAS NOTAS CONCLUSIVAS

Podemos constatar que os aspectos sociais, políticos e econômicos da alimentação escolar brasileira têm sido orientados, desde de sua origem, pelo cenário hegemônico do capital e que a política de alimentação escolar é conduzida por uma condensação de forças, na qual o Estado age em meio às tensões e os interesses do capital e da classe trabalhadora. Apontamos como possibilidades contra-hegemônicas à estrutura dominante, a efetiva inserção de alimentos da agricultura familiar, em especial os orgânicos, e a utilização do conteúdo sobre alimentação como componente da formação humana integral escolar que leve ao pensamento crítico-reflexivo sobre o alimento como um componente inserido em meio às tensões sociais de uma sociedade de classes, no qual haja a abordagem dos hábitos alimentares inseridos em uma dada cultura, a problemática da fome e suas implicações, o tensionamento de forças entre os meios rural e urbano e a divergência entre a distribuição quantitativa e qualitativa dos alimentos entre os países.

Importa-nos ressaltar que ter a centralidade na dimensão humana não significa desprezar a dimensão econômica, mas colocá-la a serviço da humanidade e não ao contrário. Nessa

perspectiva contra-hegemônica, o papel da educação é extremamente importante tal qual na visão hegemônica, mas radicalmente oposto.

São inegáveis os avanços que o PNAE obteve com a descentralização de recursos, o percentual direcionado à obtenção de alimentos da agricultura familiar e a inserção da Educação Alimentar e Nutricional como eixo do programa. Em meio aos desafios, percebemos que, sem a adoção da alimentação como aspecto formativo, continuaremos a reproduzir no currículo pedagógico concepções acríticas do papel do alimento na vida da sociedade humana, pois somente o conhecimento de uma dada realidade, sem uma discussão de cunho crítico, não nos permite tecer reflexões acerca dos diferentes aspectos históricos, sociais, políticos e econômicos no qual ela está inserida e dos quais sofre influência.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de et al. **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

AZEVEDO, M. A. de. A educação do campo na América Latina e no Brasil: o trabalho docente e a diversidade em turmas multisseriadas. IN: CASTRO, A. M. D. A.; FRANÇA, M. (Orgs.). **Política educacional: contextos e perspectivas da educação brasileira**. Brasília: Liber Livro, 2012. p. 163-184.

AZEVEDO, M. A. de; TAVARES, A. M. B. do N.; DANTAS, R. C. Nova Ruralidade: concepções, embates e reflexões sobre particularidades na região do Mato Grande. IN: TAVARES, M. A. A.; SEIXAS, R. C. (Org.). **Olhares sobre a região do Mato Grande**. Natal: EDIFRN, 2011.

BADUE, A. F. B. **Inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar: as potencialidades da participação e as representações sociais de agricultores de Parelheiros**, 2007, 265f. Dissertação. (Mestrado em Saúde Pública) Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em:
[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=85420]. Acesso em: 23 ago. 2015.

BELIK, W.; SILVA, J. G. da; TAKAGI, M. Políticas de combate à fome no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, p.119-129, 2001. Disponível em:
[<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10378.pdf>]. Acesso em: 05 jun. 2016.

BITTENCOURT, J. M. V. **Uma avaliação da efetividade do Programa de Alimentação Escolar no Município de Guaíba**. 2007, 164f. Dissertação. (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. Disponível em:
[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=65767]. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955. Institui a companhia da Merenda Escolar. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 02 abr. 1955. Disponível em: [<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37106-31-marco-1955-332702-publicacaooriginal-1-pe.html>]. Acesso em: 31 jan. 2016.

_____. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm]. Acesso em: 02 out. 2015.

_____. Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 jun. 2013. Disponível em: [https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000026&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sgl_orgao=FNDE/MEC]. Acesso em: 10 out. 2015.

CLARKE, S. Crise do fordismo ou crise da social-democracia? **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 24, p.117-150, 1991. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/ln/n24/a07n24.pdf]. Acesso em: 05 jun. 2016.

FRIEDMANN, H.; MCMICHAEL, P. Agriculture and the state system. **Sociologia Ruralis**, v.29, n.2, p.93-117, 1989. Disponível em: [http://www.researchgate.net/publication/228030823_Agriculture_and_the_State_System_The_Rise_and_Fall_of_National_Agricultures_1870_to_the_Present]. Acesso em: 05 out. 2015.

FRIEDMANN, H. Uma economia mundial de alimentos sustentável. In: BELIK, L; MALUF, R. S. **Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização**. Campinas: UNICAMP, 2000. p.1-22.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v.1.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola. 1993.

MANACORDA, M. A. Marx e a formação do homem. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 6-15, 2011. Disponível em: [https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/view/3276/2903]. Acesso em: 15 out 2015.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996. Livro 1, v. 1.

MELO, C. de C. R. **Análise da Alimentação Escolar do Município de São João Evangelista-MG**. 2006, 104f. Dissertação. (Mestrado em Meio Ambiente e Sustentabilidade) Centro Universitário de Caratinga, Minas Gerais. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=36856]. Acesso em: 23 ago. 2015.

SANTOS, G. R. dos; AZEVEDO, M. A. de. Programa nacional de alimentação escolar: concepções, perspectivas e desafios. **Revista Ensino Interdisciplinar**. UERN, Mossoró, v.2, n. 06, 2016.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MORAES, D. de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p.54-77, 2010. Disponível em: [http://www.seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/12420/8298]. Acesso em: 05 jun. 2016.

MOURA, D. H.; AZEVEDO, M. A. de. Trabalho, educação e desenvolvimento (in)sustentável: reflexões e fundamentos no horizonte da CONAE 2014. IN: FRANÇA, M.; MOMO, M. (Orgs.). **Processo democrático participativo: a construção do PNE**. Campinas: Mercado de Letras, 2014.

MOURA, D.; LIMA FILHO, D.; SILVA, R. Politecnicia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v.20, n.63, p.1057-1080, 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-1057.pdf]. Acesso em: 05 jun. 2016.

NACIONES UNIDAS. Carta Internacional de los Derechos Del Hombre. 1948. Disponível em: [http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/217%28III%29&referer=http://www.dudh.org.br/declaracao/&Lang=S]. Acesso: em 04 out. 2015.

RODRIGUES, N. (Org). **Almanaque histórico Josué de Castro: por um mundo sem fome**. Projeto Memória: Josué de Castro, 2004.

SANTOS, C.; ALMEIDA, C.; BARRETO, M. A educação escolar no semiárido brasileiro: crítica ao princípio da convivência e do desenvolvimento sustentável na formação humana. **Revista FACEVV**, Vila Velha, n. 6, p.17-30, 2011. Disponível em: [http://facevv.cnec.br/wp-content/uploads/sites/52/2015/10/A-EDUCA%C3%87%C3%83O-ESCOLAR-NO-SEMI%C3%81RIDO-BRASILEIRO.pdf]. Acesso: em 11 jun. 2016.

SIGMAN, M.; PEÑA, M.; GOLDIN, A. P.; RIBEIRO, S. Neuroscience and education: prime time to build the bridge. **Nature Neuroscience**. v.17, n.4, p.497-502, 2014. Disponível em: [http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/1/11797/1/SidartaRibeiro_ICE_Neuroscience_and_Education.pdf]. Acesso em: 09 ago. 2015.

SPINELLI, M.A.S; CANESQUI, A.M. O programa de alimentação escolar no estado de Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979 - 1995). **Revista de Nutrição**, v.15, p.105-117, 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732002000100011]. Acesso em: 13 mar. 2016.

TRICHES, R. M. **Reconectando a Produção ao Consumo: a Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para o Programa de Alimentação Escolar**. 2010, 297f. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. Disponível em:

[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=203569]. Acesso em: 23 ago. 2015.

VANDRESEN, C. **Merenda Escolar Orgânica**: uma Política Pública para a Agricultura Familiar. 2005, 82f. Dissertação. (Mestrado em Agrossistemas) Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina. Disponível em:

[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=23881]. Acesso em: 23 ago. 2015.

VASCONCELOS, F.A.G. **Combate à fome no Brasil**: uma análise histórica de Vargas a Lula. Revista de Nutrição. v.18, p.439-457, 2005. Disponível em:

[<http://www.scielo.br/pdf/rn/v18n4/25843.pdf>]. Acesso em: 05 out. 2015.

VIANA, N. L. **Análise da Aceitabilidade, Consumo da Alimentação Escolar e Estado Nutricional de Escolares no Município de Viçosa - MG**. 2007, 172f. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Nutrição) Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais. Disponível em:

[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=80578]. Acesso em: 23 ago. 2015.

Submetido em: Julho de 2016

Aprovado em: Outubro de 2016